

Fronteiras do Arcebispo: a casa de Dom Helder Camara

Archbishop's frontiers: the house of Dom Helder Camara

Newton Darwin de Andrade Cabral

UNICAP, Brasil

Cícero Williams da Silva

UNICAP, Brasil

Lucy Pina Neta

UNICAP, Brasil

Resumo

A partir da última casa habitada por Dom Helder Camara (anexa à Igreja das Fronteiras, no Recife), o artigo estuda o quanto aquela residência foi emblemática em sua perspectiva de não encarar limites como intransponíveis, mas, ao contrário, enxergar a possibilidade de ampliá-los ou aboli-los. Assim, foram abordados três eixos: o primeiro explora aspectos da construção, desde a capela primitiva, localizada na fronteira da estância de Henrique Dias, até quando, após visita do Imperador Pedro II, ela recebeu o título de Capela Imperial; o segundo trata das inquietações de Dom Helder que, ao assumir a Arquidiocese local, morou no Palácio Episcopal embora desejasse despojar-se daquele simbolismo de poder. Foram percorridas as opções cogitadas e a escolha da Igreja das Fronteiras, investigando tanto o alcance da mudança representando rompimento de limites, quanto a ampliação do seu testemunho de bispo coerente com debates e compromissos firmados *intra* e *extra* Concílio Vaticano II. Tudo é analisado sob o prisma do lema do seu episcopado - Em tuas mãos! -, inclusive seu posicionamento quando muros da Igreja foram alvejados e ele experimentou a iminência da morte enquanto última fronteira. Como consequência, o local passou a demarcar outra extinção de divisas ao tornar-se referência para visitas de estadistas, religiosos, artistas e gente do povo; o terceiro analisa os processos pelos quais passou a igreja - tombamento (1947), inventário dos bens (2003) - e o reconhecimento como Casa-museu, condição atual da residência do falecido arcebispo, conferida também pelo fluxo regular de visitantes e pelas exposições permanentes nela realizadas acerca do legado helderiano.

Abstract

Based on the last house inhabited by Dom Helder Camara (annexed to the Frontiers Church, in Recife), the article studies how emblematic that residence was in its perspective of not facing limits as insurmountable, but, on the contrary, seeing the possibility of amplifying or abolishing them. This way, three axes were addressed: the first, explores aspects of construction, since the primitive chapel, located at the Henrique Dias ranch frontier, until when, after the visit of Emperor Pedro II, it received the title of Imperial Chapel; the second, covers the uneasiness of Dom Helder that, assuming the local Archdioceses, lived at Episcopal Palace, although he wished to free himself from that power symbolism. The options contemplated and the choice of the Frontiers Church were analyzed, investigating both the reach of the change representing limits disruption and the amplification of its bishop's testimony coherent with debates and compromises firming *intra* and *extra* II Vatican Council. Everything is analyzed under the perspective of its episcopate motto - In your hands! -, including his positioning when the Church walls were bleached, and he experienced death's imminence as the last frontier. As consequence, the place began to mark another extinction of borders, becoming a reference for visits of statesmen, religious, artists, and the people; the third, analyzes the process the church went through - assessment (1947), the survey of its goods (2003) - and the recognition as House-museum, current condition of the deceased archbishop's residence, given also by the regular visitors flow and the permanent exhibitions on Helder's legacy.

Palavras-chave

Catolicismo.
Poder.
Modelos eclesiais.
Igreja dos Pobres.

Keywords

Catholicism.
Power.
Ecclesiastic Models.
Poors Church.

Da capela de taipa à imperial capela

As origens da Igreja de Nossa Senhora das Fronteiras remontam aos anos de ocupação holandesa da Província de Pernambuco, entre 1630 e 1654. De acordo com Pereira da Costa, naquela época, a fim de enfrentar os invasores, os luso-brasileiros criaram diversos pontos fortificados e guarnições, entre eles, um sítio, cujo proprietário era o rico colono João Velho Barreto. Em 1645, aquele posto de batalha foi confiado a Henrique Dias¹, com toda gente de seu comando². Quanto à sua importância militar, encontramos:

Outra vantagem que tinha o sítio, era que, ficando a margem do rio Capibaribe, que se passava a vau na baixa-mar, oferecia assim uma fácil retirada numa situação difícil, perigosa e mesmo de auxílios das estâncias proximamente situadas, nos casos de ataques [...] Não só por essa importante posição que ocupava a “Estância de Henrique Dias” como desde então se ficou chamado a esse posto militar, como ainda pelos danos que causava ao inimigo a viva oposição que fazia as suas comunicações com o interior do país, e ao mesmo tempo interceptando a passagem de víveres para o abastecimento da praça, foi uma posse muito disputada pelos holandeses (PEREIRA DA COSTA, 1952, p. 316).

Na fronteira da estância, em 1646³, Henrique Dias fez erguer uma capelinha de taipa, sob a invocação de Nossa Senhora da Assunção, para os exercícios religiosos, bem como em agradecimento às vitórias já alcançadas. Entre todos os embates ali ocorridos, destaca-se o do dia 18 de agosto de 1648⁴, quando o general do exército holandês, Sigismundo von Schkoppe, à frente de dois mil soldados, ataca

¹ São poucos os relatos sobre Henrique Dias, mestre de campo e comandante dos negros; não se sabe, por exemplo, a data de seu nascimento e local, se nasceu escravo ou liberto. Dele não se encontrou retrato, embora sua figura tenha sido retratada em obras famosas como *A Batalha dos Guararapes*, óleo sobre tela, do pintor Victor Meirelles. Sabe-se também que ele participou da defesa de vários pontos de resistência aos holandeses: Arraial Velho, Porto Calvo e Casa Forte (CAVALCANTI, 2009, p. 151).

² Aos comandados de Henrique Dias e aos que ficaram sob a liderança dos que lhe sucederam após sua morte, era dado o nome genérico de “os Henriques”.

³ Baseado na cronologia apresentada na obra *O valeroso lucideno*, de Frei Manoel Calado (1985, p. 190 e 197, v. 2), a capela de taipa, como já mencionamos, foi construída em 1646. Todavia, encontramos narrativas que registram esse fato como tendo ocorrido em 1648, logo após a maior batalha travada naquela estância - em 15 de agosto [autores, como Pereira da Costa, assinalam 18 de agosto; este, inclusive, faz registros diversos em suas obras: ora 15, ora 18] daquele mesmo ano. Tal acontecimento, por ter sido no dia em que a Igreja Católica celebra a assunção de Nossa Senhora, despertou o espírito de gratidão de Henrique Dias que mandou erigir aquele monumento religioso, como atesta Maria Carrazoni (1980, p. 303).

⁴ Embora as fontes indiquem anos divergentes para o dia da batalha (conforme mencionamos), todas, porém, apontam que ela ocorreu em agosto, mês em que, no calendário católico, é celebrada a festa da assunção de Nossa Senhora.

o referido posto de defesa sem, contudo, conseguir lograr êxito - com baixa de cinquenta mortos e elevado saldo de feridos (PEREIRA DA COSTA, 1952, p. 317).

Anos após a construção da primeira capela, devido ao tipo de material que nela foi utilizado (madeira e barro), já não era possível a realização de nenhuma cerimônia religiosa devido ao seu precário estado de conservação, fazendo-se necessário erigir um novo monumento religioso em seu lugar. Fato que somente ocorreria décadas mais tarde. Corroborando com isso, encontramos:

No final do século XVII, estando o primitivo templo em ruínas, ordenou o rei de Portugal ao governador da Capitania a construção de um outro em pedra e cal. A construção da nova capela estendeu-se de 1703 a 1748, quando veio a tomar a forma hoje conhecida (SILVA, 2002, p. 213).

Com o falecimento de Henrique Dias - em 1662 - (CAVALCANTI, 2009, p. 151), a capela passou a ser administrada pelos seus sucessores, entre eles, José Luis Soares que, junto ao rei Afonso IV de Portugal, buscou recursos para uma nova construção, bem como uma imagem de Nossa Senhora e ornamentos; contudo não obteve resultado positivo, como atesta a carta régia de 25 de fevereiro de 1688. Por isso, os oficiais e soldados daquele comando tornaram a dirigir-se ao rei usando os seguintes argumentos:

Pela pobreza com que fora a capela fabricada, estava no chão por ser de terra e barro, e que nela estavam sepultados os corpos daqueles valorosos soldados que com tanto zelo, valor e lealdade souberam dar as suas vidas e sangue pela coroa; e por não poderem festejar nela a sua padroeira, viviam muito desconsolados, porque além de não terem os ornatos necessários, também pela ruína em que estava a dita capela, não tinham aonde ouvir missa (PEREIRA DA COSTA, 1952, p. 319).

Quando o mestre de campo Domingos Rodrigues Carneiro estava à frente do regimento, recorreu mais uma vez ao rei, com os mesmos argumentos e ponderações antes utilizados, e obteve a primeira resposta favorável. Ordenou-se então que “das sobras dos dízimos se faça a obra de reconstrução da capela”. Dessa maneira, “havendo já algumas esmoladas angariadas, logo começou a construção da igreja, com dimensões superiores ao primeiro santuário e avançando um pouco mais do local onde fora levantado” (PEREIRA DA COSTA, 1952, p. 320).

No entanto, o então governador de Pernambuco, Sebastião de Castro e Caldas, opôs-se às obras já iniciadas, porque questionava se havia a necessidade de investimento em uma nova capela, como o que se estimava fazer. Justificava-se dizendo que “os soldados do terço da gente preta” já frequentavam outras

paróquias, sobrando apenas seis ou sete oficiais na capela daquela estância. Entretanto, respondeu-lhe o rei Pedro II de Portugal, por carta, em 1º de agosto de 1704, que se cumprisse a ordem já dada para a reedificação do novo monumento religioso. Isso, porém, não aconteceu de imediato. Vejamos:

Não tendo execução aquelas ordens, recorreram de novo os Henriques ao rei que baixa uma outra autorização por carta de 11 de outubro de 1707, mas determinando que se reedificasse a igreja velha em execução da ordem de 18 de agosto de 1704 (PEREIRA DA COSTA, 1952, p. 320).

Essa troca de correspondências levou o governador de Pernambuco ao local da capela em ruínas, e ele ponderou que, devido ao estado precário em que se encontrava a estrutura antiga, fazia-se necessário refazê-la completamente, não sendo viável, do ponto de vista financeiro, aquele investimento. Parecia ser “mais conveniente acabar-se a igreja nova [já iniciada] do que reedificar-se a velha pela pouca diferença que ia de uma despesa para outra” (PEREIRA DA COSTA, 1952, p. 321). Assim, decidiu-se dar continuidade à construção do monumento.

Em carta de 13 de maio de 1709, Pedro II firmou um acordo para contribuir com parte da construção, por meio de termo lavrado na Provedoria da Fazenda Real⁵, em 16 de setembro de 1710. Porém, vários anos se passaram e nada foi feito, a ponto de, em cartas de 17 de maio e 17 de agosto de 1727, dirigidas ao governador de Pernambuco, o rei ordenar que ponha-se “em pregão pelo provedor da Fazenda Real” para arremate a fim de encontrar quem empreendesse com “maior segurança e mais cômodos” o restauro da capela já existente. Contudo, essas ordens não resolveram a questão, pois “os Henriques” desejavam a finalização das obras da igreja nova e não a reconstrução da antiga.

Finalmente, firmou-se um termo na Secretaria do Governo, em 27 de abril de 1748, com uma contrapartida: obrigavam-se os administradores a ceder a capela para servir de matriz, se porventura fosse criada uma paróquia na localidade. Dessa maneira, a Capela de Nossa Senhora da Assunção das Fronteiras, da estância de Henrique Dias, foi concluída, curiosamente, um século após a vitória sobre os holandeses naquelas mesmas terras (PEREIRA DA COSTA, 1952, p. 322).

Outro momento marcante para a Igreja das Fronteiras foi quando, em 1859, com a visita do Imperador D. Pedro II, de acordo com Leonardo Dantas Silva (2002,

⁵ Correspondente ao Ministério da Fazenda da Coroa portuguesa.

p. 2013), ela recebeu o título de “Imperial Capela⁶”, com emblema fixado em sua fachada, que está conservado até os dias atuais.

Nascida em memória de êxitos bélicos, finalizada depois de tantos anos de disputas político-financeiras, a Imperial Capela de Nossa Senhora da Assunção, ainda estava por viver seus anos de glória. Ela precisou tornar-se residência episcopal do período Helder Camara, a partir dos anos 60 do século XX, para sair do anonimato histórico e ganhar fama internacional.

Não existem fronteiras para quem está nas mãos de Deus

Helder Pessoa Camara adotou, para seu episcopado, o lema *In manus tuas* (Em tuas mãos!). Tal escolha, tantas vezes lembrada em seus pensamentos e confirmada em suas ações, é reflexo de sua espiritualidade profundamente encarnada na realidade; ao mesmo tempo, é tradução de sentimentos de confiança em Deus, seguidos da requerida adesão aos desígnios divinos, o que, por sua vez, implica a atualização cotidiana do trecho da oração que afirma a primazia absoluta: “seja feita a Tua vontade!”. Essas percepções, contudo, não implicam passividade, tampouco renúncia a sonhos e proposições, e, menos ainda, o abandono das lutas pela consecução de ideais que conduzam à aproximação do que pode ser humanamente interpretado como plano de Deus.

Ainda que, segundo Piletti e Praxedes, o lema tenha sido adotado por sugestão do seu amigo José Vicente Távora, Dom Helder o aceitou plenamente. Sob a forma de dois poemas, explicitou o que ele significava:

IN MANUS TUAS

Só Tu
E mais ninguém
Me poderias soprar
lema tão feliz,
que resume, a cada instante,
minha miséria total
e minha riqueza em tuas mãos.
Nada peço e nada recuso.
Não ousar e nada temo.
Decides por mim.
Ages por mim.

IN MANUS TUAS II

⁶ Há registros que divergem com relação ao momento em que a capela recebeu o honroso título de “imperial”, narrando que esse episódio ocorrera antes, em 1823, e que, quando D. Pedro II veio à Província de Pernambuco, em 1859, apenas visitou a mencionada igreja.

Tenho a confiança de dizer-Te
que uma das homenagens mais puras
que Te presto
é aceitar, a cada instante,
não ver um palmo diante dos olhos.
Que rumo tomará minha vida?
Que sucederá em cinco anos?
Em um ano?
Em uma tarde?
Em uma hora?
Em um segundo?... (PILETTI; PRAXEDES, 1997, p. 191).

A potencial perspectiva espiritual supramencionada fez-se ato recorrente em sua vida, pontuando diversificadas situações. A partir dela, entendemos o relato que fez na 15ª Circular⁷, redigida em Roma, por ocasião da reunião das comissões conciliares, no dia 14 de março de 1964, ao transcrever parte de audiência que mantivera com o Papa Paulo VI, quando trataram de sua transferência do Rio de Janeiro para o Recife, anunciada naquele mesmo dia pela Rádio Vaticano:

Sei que lhe custará muito arrancar-se de seu Rio⁸ e que aos seus colaboradores será também penosíssimo vê-lo partir. Quero que eles saibam que o Papa também sofreu. Mas tenham certeza de que tudo vai correr bem: quando uma criatura fica assim nas mãos de Deus opera maravilhas... Disse, então, o Santo Padre: Mas não quero falar sozinho. Gosto de ouvi-lo. Fale.
Comecei por agradecer o carinho com que, pessoalmente, seguiu, seguiu, passo a passo, a nomeação para Recife. E comentei a tranquilidade que dá saber que o Vigário de Cristo, em pessoa, examinou, julgou, decidiu.
De novo me interrompeu para dizer: “Fique tranquilo. É evidente a mão de Deus sobre a sua cabeça. A Providência se tornou tangível” (CAMARA, 2009a, p. 427). Grifo original.

O mesmo ponto de vista fez-se presente no discurso de saudação aos pernambucanos, ocasião em que afirmou sua abertura a todos - sem exclusões, sem a demarcação de fronteiras que isolassem ou fossem consideradas intransponíveis - independentemente de serem variadas as posições políticas ou outras condições que pudessem, *a priori*, estabelecer segregações. Parte do posicionamento apresentado

⁷ Dom Helder deixou um total de 2.221 cartas-circulares, que escrevia habitualmente durante as vigílias que fazia nas madrugadas. Eram dirigidas a um grupo de amigos e colaboradores do Rio de Janeiro, aos quais somaram-se os do Recife. Ao conjunto o Dom chamava de Família Mecejanense. Por isso, eram frequentes suas referências aos membros da Família de lá e aos da Família de cá. Os 13 volumes já publicados estão divididos em Circulares Conciliares (um volume, três tomos), Circulares Interconciliares (um volume, três tomos) e Circulares Pós-conciliares (dois volumes, dos quais um com três tomos, e outro com quatro tomos).

⁸ O Papa não estava fazendo ilações descabidas; ao contrário, conhecia a ligação afetiva que Dom Helder estabelecera com o Rio de Janeiro. Por isso, na 21ª Circular Interconciliar (17/18.05.1965) aludindo ao fato de terem indagado se sentia saudades da capital carioca, após comentar a explicação dada citou o título de conhecido fado: “Nem às paredes confesso...” (CAMARA, 2009b, p. 71).

por Dom Helder configurou a posição de um episcopo preocupado com a totalidade da Igreja Católica que, para ele, era, indubitavelmente, fornecedora de ideias e conceitos cujos contributos deviam pôr o clero, e seus colaboradores do laicato, em marcha pela expansão do Reino. Assim, no mesmo discurso, evidenciou outra inexistência de limites ao apresentar, segundo suas próprias palavras, o seu “ ‘cartão de visita: Arcebispo de Olinda e Recife e Bispo da Santa Igreja’”. As viagens internacionais foram uma confirmação dessa forma de se apresentar, e não existem incompatibilidades entre ser, ao mesmo tempo, o arcebispo local e um bispo da Igreja universal” (CABRAL, 2008, p. 58).

Ao vir para o Recife, foi morar no Palácio de São José dos Manguinhos, então residência episcopal, construção que, embora àquela altura requeresse manutenção e mesmo grandes reformas, carregava simbologias acentuadamente antagônicas às encontradas nas residências das pessoas pobres. A existência de amplos jardins e salões, de dois tronos e de área residencial com numerosos cômodos evidenciava as discrepâncias. O contraste representado por todo aquele conjunto incomodava Dom Helder, que refletia sobre a destinação do Palácio e do lugar nele proposto a vários grupos, inclusive aos pobres.

A questão da pobreza passou a ser uma das suas mais fortes preocupações a partir do momento em que o Cardeal Gerlier, de Lyon (França), por ocasião do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional, celebrado no Rio de Janeiro, instigou-o a colocar todo o seu talento de organizador a serviço dos pobres, o que recebeu acolhida da parte de Dom Helder e resultou, em um primeiro momento, na Cruzada São Sebastião, que foi um audacioso projeto de erradicação das favelas do Rio de Janeiro (PILETTI; PRAXEDES, 1997, p. 233).

Desde o início do Concílio, Dom Helder esteve ligado ao Grupo “Igreja dos Pobres” - um dos inúmeros que funcionavam paralelamente à agenda oficial e que se aglutinavam a partir de interesses específicos - no qual circularam ideias que pleiteavam deverem os bispos se desfazer de títulos de nobreza e adotar vida mais simples, de estilo evangélico. Os que dele participavam sentiam-se irmanados por “um comum afeto, uma sensibilidade compartilhada” e atuavam, pelo menos inicialmente, de forma discreta. Na Terceira Sessão Conciliar, o Grupo propôs “publicamente dois documentos que receberam a adesão de mais de 500 Padres conciliares: ‘Simplicidade e pobreza evangélica’ e ‘Para que em nosso ministério

[episcopal], se dê o primeiro lugar à evangelização dos pobres' ” (HOORNAERT, 2015, p. 10). Tudo isso aliado à vinda para a “capital do Nordeste em desenvolvimento” (Recife), implicava, na visão do próprio arcebispo, um somatório de exigências para que saísse da teoria à prática.

Em decorrência de sua condição de ser coerente e enquanto homem profundamente ligado à simbologia de suas ações, esteve, desde os primeiros dias de sua chegada ao Recife, preocupado com o significado de morar em um Palácio. O seu engajamento no “Igreja dos Pobres” - grupo que, depois da proposição dos documentos supracitados, acabou por formalizar suas atribuições quando, em Roma, aos 16 de novembro de 1965, 39 padres conciliares (entre eles, oito brasileiros) assinaram o documento “Pacto das Catacumbas” - foi elemento catalisador para que Dom Helder viesse a mudar o local e o padrão de sua residência.

Diz o Pacto na introdução e no primeiro compromisso:

Nós, Bispos, reunidos no Concílio Vaticano II, esclarecidos sobre as deficiências de nossa vida de pobreza segundo o Evangelho; incentivados uns pelos outros, numa iniciativa em que cada um de nós quereria evitar a singularidade e a presunção; unidos a todos os nossos Irmãos no Episcopado; contando sobretudo com a graça e a força de Nosso Senhor Jesus Cristo, com a oração dos fiéis e dos sacerdotes de nossas respectivas dioceses; colocando-nos, pelo pensamento e pela oração, diante da Trindade, diante da Igreja de Cristo e diante dos sacerdotes e dos fiéis de nossas dioceses, na humildade e na consciência de nossa fraqueza, mas também com toda a força de que Deus nos quer dar a graça, comprometemo-nos ao que se segue: 1) Procuraremos viver segundo o modo ordinário da nossa população, no que concerne à **habitação**, à alimentação, aos meios de locomoção e a tudo que daí se segue. Cf. Mt 5,3; 6,33s; 8,20 (In HOORNAERT, 2015, p. 5).⁹

Contatos, perspectivas pessoais e comprometimentos assumidos, além do estabelecimento da prática de refletir/atuar em redes - inclusive como signatário do aludido Pacto das Catacumbas -, levaram-no a buscar alternativas visando a romper a linha divisória imposta pelo simbolismo palaciano e a ampliar fronteiras, igualmente representativas, no tocante a sua moradia. Aliás, na época, a então conhecida revista mensal *Realidade*, publicou reportagem com o título “O Padre Hélder: um Bispo do Nordeste não quer ser Príncipe da Igreja” (PORRO, 1966, p. 117). Além do que eventualmente saía na imprensa, são recorrentes os registros feitos por ele mesmo, como na 330ª Circular Pós-conciliar (25/26.11.1967):

O fim do ano me encontra com projetos definidos e firmes de tudo para fazer que 68 não repita 67, mas represente indiscutível passo à frente.

⁹ Contrariando os múltiplos grifos existentes na transcrição do documento, conforme apresentado por Eduardo Hoornaert, nós (os autores) optamos por, neste artigo, apresentarmos apenas um grifo. Fronteiras, Recife, v. 1, n. 2, p. 431-459, jul./dez., 2018

Como sinal, como sacramento: tentar todos os esforços para romper 1968 fora de Manguinhos. Como colocar vinho novo em pera antiga? Como encontrar força moral para as arrancadas que vamos exigir, se o exemplo não começar do alto?

Até sair para a primeira formatura (Colégio Sagrada Família, em Goiana, Pernambuco) o dia foi gasto em procurar o canto que o Pai escolheu, de toda a eternidade. Há três em vista: atrás da Co-Catedral de São Pedro dos Clérigos; ao lado da Igreja de Fronteiras (ou na própria Igreja); na Capelinha da Jaqueira. O último recanto está quase eliminado: é o mais belo. Mas a Jaqueira, hoje, é a Glória do Outeiro daqui (não no sentido de outeiro, mas de procura para ultra-granfinos). (CAMARA, 2013a, p. 240). Grifo original.

Está claro, no texto transcrito, o motivo pelo qual a opção pela Igreja da Jaqueira foi rapidamente descartada. Não logramos êxito, na pesquisa empreendida, ao tentarmos localizar anotações acerca do que igualmente conduziu ao abandono da possibilidade de ser ao lado da Igreja de São Pedro dos Clérigos, embora em Circular Pós-conciliar anterior - a 329ª (22/23.11.1967) -, Dom Helder tenha afirmado estarem a sua secretária (Zezita Cavalcanti) e o Pe. Marcelo Carvalheira, estudando um cantinho a ser preparado ali, para ele, semelhante ao feito na sacristia da Sé de Olinda, para o sacerdote citado (CAMARA, 2013a, p. 238).

A ausência do registro documental não impede uma conjectura que consideramos plausível. Na 336ª Circular Pós-conciliar (22/23.12.1967), o arcebispo afirma ter comunicado ao Conselho Presbiteral sua decisão (que ainda chama de ideia) de mudança, segundo ele bem recebida tanto pelo Conselho, quanto pelo clero em geral. Faz, no entanto, a observação de que “eles acham que eu devo dormir em casa, mas atender em Manguinhos” (CAMARA, 2013a, p. 259). Para ser fiel ao que foi acertado - continuar com os atendimentos em Manguinhos - a Igreja de São Pedro dos Clérigos apresentava mais dificuldades por ser bem mais distante, o que implicaria maiores esforços de efetivação (uma vez que o carro oficial da Arquidiocese fora vendido), além de requerer um mais acentuado dispêndio de tempo nos deslocamentos. Não descartamos a possibilidade de outros motivos terem existido e somado ao que aqui aventamos.

Por eliminações, a decisão foi tomada, e ela agradou a Dom Helder, que registrou na 332ª Circular Pós-conciliar (05/06.12.1967):

Veroska [*Vera Jaccoud*] leva notícias diretas sobre nossa casa. (...). Vai ser mesmo junto à Igreja das Fronteiras. Entrada humilde, uma simpática sala de estar, banheirinho simples e quarto de dormir. Do lugar de dormir, descobri meios de avistar o Santíssimo. (...).

Casa humílima (mas digna) em bairro de classe média. Não vou obrigar rico nenhum a ir a um Alagado para encontrar-se comigo. Mas, ao lado de

residências senhoriais (o Reitor da Universidade Federal é meu vizinho), afinal uma casa que não é contra-sinal de Manguinhos. As adaptações são mínimas. A esperança é começar 68 na nova Casa. Esperei a hora da Providencia. Nem por sombra houve precipitação. Aguardei quatro anos. Fico ligado não só à Igreja das Fronteiras, mas a uma Casa de Irmãs de Caridade (onde elas mantêm uma Escola de Enfermagem). Aos poucos, se Deus quiser, tudo se arrumará. Refeições com as Irmãs (juram não alterar nada de nada). Estamos descobrindo lugar para tudo e para todos. O importante era a arrancada. Quero ver, agora, se o Serviço de Trânsito ainda enche as ruas com setas indicando o Palácio Episcopal! Claro que a mudança, para ser sinal, deverá ser início das grandes viradas... (CAMARA, 2013a, p. 247). Grifo original.

A tão almejada mudança não aconteceu em 1967, como era o desejo expresso. Na 343ª Circular Pós-conciliar (04/05.01.1968), D. Helder fez referências a encontro marcado para a noite de São Sebastião (20 de janeiro) - padroeiro do Rio de Janeiro -, quando “a Família daqui virá festejar a minha partida para a Casa nova e a entrega da Casa ao Povo de Deus”; há menção à celebração de Missa, representação teatral (na escadaria de Manguinhos) e alguns comes e bebes (CAMARA, 2013b, p. 291). E mesmo que a informação pudesse sugerir a transferência nos próximos dias, ainda em janeiro de 1968, na 354ª Circular Pós-conciliar (28.06.1968), Dom Helder escrevera um resumo do que chamou “novela de minha mudança”:

Desde a chegada, em abril de 1964, o Palácio de Manguinhos deixou-me a impressão de Casa imensa, latifúndio de vez que se destinava apenas a residência do Arcebispo e de seu Auxiliar. A impressão se agravou, quando foi possível concretizar o velho plano do Auxiliar [*D. José Lamartine*], de residir, nos fundos do Palácio, com sua Mãezinha. Foi quando surgiu o *slogan*: é casa demais para um bispinho só. Tentei, de maneiras várias, encher, um pouco, Manguinhos. Trouxe a Cúria para dentro de Casa; ocupei a antiga sede da Cúria ao lado do Palácio, com seis Organizações apostólicas que estavam sem sede; coloquei, dentro do próprio Palácio, a Operação Esperança e o Banco da Providência. Houve a experiência de abrir os jardins do Palácio às crianças e os salões às Noitadas... [...]. Quando consegui abrir, escancarar os portões que dão acesso ao Palácio, houve queixa de que os jardins da Casa passaram a ser abrigo de maloqueiros, ladrões, desocupados e cenário de grossas imoralidades. Foi preciso, então, aceitar a figura incrível do Vigia. Vivi entre o sofrimento de ver, mesmo em noites de chuva, u'a média de 15 Pobres dormindo pelas varandas do Palácio (não pude repetir a façanha de fazê-los entrar, dada a alegação de que receber 15 na terça--feira, seria contar na quarta-feira com 40 e na quinta-feira com 100) e o sobressalto de ver um Vigia, armado, disparar contra Cristo na pessoa do Pobre... Quando se abriu o ano de 1968 era evidente a necessidade de que o novo ano não repetisse 1967. Era impossível ficar em meras declarações e em discursos.

Impunha-se, a meu ver, o duplo sinal: morar em Casa pequena e pobre; dar destinação adequada a Manguinhos¹⁰ (CAMARA, 2013a, p. 333-334). Grifo original.

Transcorrido o mês de fevereiro de 1968, na 372ª Circular Pós-conciliar (07/08.03.1968), ao listar os próximos compromissos, ele fez constar para a noite de 14 de março “provável mudança, precedida da Santa Missa na Igreja das Fronteiras, em cuja Sacristia passo a morar...”. Em seguida, acrescentou: “penso em mudança discreta. Pelo meu gosto, quando a turma notasse, a mudança estaria feita. De pensamento e coração já me mudei desde abril de 64...” (CAMARA, 2013a, p. 28).

Finalmente a mudança iria acontecer, conforme evidencia a 375ª Circular Pós-conciliar (13/14.03.1968):

Com a graça de Deus, tenho, hoje, minha última dormida e última Vigília, em Manguinhos. A Casa, vocês sabem, continua como centro de Trabalho, mas termina como Palácio Episcopal.

Sinal completo seria viver e trabalhar na casa da rua Henrique Dias (nome simbólico de rua onde morar), na casa da Igreja de Fronteiras (**outro belo nome para quem ama os extremos, os limites onde encontrar irmãos arredios e desconfiados**). Sinal completo seria vender Manguinhos e investir o dinheiro em favor da promoção de filhos de Deus subhumanizados pela miséria. [...].

De qualquer modo, arrancar-me daqui, na minha idade, é abrir mão de comodidades preciosas. De hoje em diante, termina a cozinha em Manguinhos. Passo a tomar café onde celebrar (não sendo em Paróquia, será na própria Igreja das Fronteiras às 7 da manhã; a almoçar, habitualmente, no Colégio das Damas (da Instrução Cristã), distante uns cinco quarteirões daqui. O jantar, a ceia, ou será improvisado por mim (ganhei um *grill* de presente), ou será como o dos pássaros que onde cantam, comem...

[...] Fui ontem levar parte da mudança. Enfim, portas sem trancas e janelas sem grades. A entradinha ainda sem jardim, que virá. A cama é baixinha, de madeira, muito diferente da peça de museu (bronze dourado) em que dormi quatro anos [...].

Estudei, carinhosamente, o lugar da Vigília. A mesa está na sala de receber. Escrevo, rezo e contemplo o céu! Vocês já sabem que a Casa, a nossa casa tem duas janelas que dão para o jardim das Irmãs, sempre, até hoje, carregado de rosas...

Deus, que nos vê por dentro e de dentro, sabe que não há nesta mudança a mais leve censura a meus Irmãos Bispos que me antecederam. Tudo tem sua hora. Vivesse no tempo deles e me sentiria a vontade em Palácios.

O que há de grande nesta mudança é que ela é um fruto maduro. Todos os que lidam diretamente comigo [...] estão felizes.

Quantas vezes já mudei de casa? Recordo, uma a uma, as casas onde morei. Esta será a última antes da derradeira morada e da habilitação celeste? (CAMARA, 2013b, p. 37-38). O primeiro grifo é original; o segundo, dos autores.

¹⁰ Não faz parte dos objetivos deste artigo a discussão das múltiplas alternativas pensadas para o Palácio dos Manguinhos.

Daquela vez, sem intercorrências, o planejado aconteceu. Na Circular Pós-conciliar seguinte - a 376^a (14/15.03.1968) -, Dom Helder fez um registro, cujo júbilo (alicerçado na confiança no Pai), é por demais evidente:

Pai, são tuas, inteiramente tuas as primícias de meu primeiro amanhecer (são 2 horas da manhã) na Casa Nova. Tu sabes que sentimentos, e aspirações, e esperanças me trouxeram aqui. Como é difícil romper estruturas, sem ferir, nem entristecer ninguém! Tua mão me conduziu. Os obstáculos foram caindo. Sobretudo nos últimos, tua intervenção é visível e tangível. Daí a tranquilidade com que aqui estou (CAMARA, 2013b, p. 40). Grifo original.

Um objetivo, porém, não foi alcançado: sua mudança não passou despercebida à imprensa. Dom Helder observou que a data assinalava o quarto aniversário do anúncio de sua transferência do Rio de Janeiro para o Recife, e acrescentou: “os repórteres farejaram a mudança (dia e noite, eles rondam os meus passos) e me surpreenderam na hora exata em que saltei de um táxi e entrei, oficialmente, na nova residência. Eram 19h do dia 14 de março”. Depois de comentar que veio apenas com José - nome que dava a seu Anjo da guarda -, relatou sua primeira ação: “fui direto à Igreja, saudar, no Santíssimo Sacramento, o Irmão com Quem somos um. Pedi que a moradia aqui correspondesse de todo aos planos do Pai” (CAMARA, 2013b, p. 40). Esse primeiro ato reforça o seu permanente estar nas mãos de Deus.

Enquanto isso, atuavam os jornalistas. No dia seguinte - 15 de março de 1968 -, o Diário de Pernambuco publicou acerca de imbróglio criado pelo então vereador Wandenkolk Wanderlei, que capitaneava campanha difamatória contra o arcebispo, com o título “Hélder diz que vai à Câmara dar explicações ao povo” (sobre as acusações do edil). Nela, além de divulgarem já estar o prelado residindo em nova casa, foi publicada foto do momento em que ele ingressava na residência que escolhera. Mais notícias foram veiculadas, entre elas: “Hélder mudou-se ontem para quarto pequeno na igreja das Fronteiras”, também com foto da ocasião (Jornal do Commercio, 15.03.1968); “Aqui mora um bispo...” (Jornal do Commercio, 24.03.1968); “D. Helder, o novo vizinho” (Diário de Pernambuco, 24.03.1968); “‘Mudança’ de Hélder reforça críticas mas não abala admiradores”¹¹ (Jornal do Commercio, 19.05.1968).

¹¹ Esta notícia aproveitou a mudança de residência para voltar a emitir opiniões acerca de outras transformações verificadas na vida do prelado, notadamente quanto à sua anterior passagem pelo integralismo.

Todavia, aquela não foi apenas mais uma entre as tantas mudanças de residência. Ela reforçou uma forma de ver as coisas e interpretá-las, gerou um pensamento (que vem sendo explicitado neste artigo e que ainda retomaremos em sua continuidade), conforme explicitado na 379ª Circular Pós-conciliar (22/23.03.1968):

Como sorrio feliz ao excluir: Senhor, eu não sou digno de que entres na minha casa! De há muito pensava baixinho no sentido especial que resolvemos dar a este entrar... Entrar pra valer, pra ficar, como dono da Casa... *Agora há o delicioso pensamento de Fronteiras*: quando cheguei, Ele já estava. A janelinha que dá para o quarto de dormir, é delicadeza finíssima do Pai...¹² (CAMARA, 2013b, p. 51). Os grifos em negrito são originais; em itálico, dos autores.

Outros elementos ainda não explicitados são importantes na polissemia do universo religioso católico, tão seguido por Dom Helder, como o fato de, na Igreja das Fronteiras, ser invocada Nossa Senhora da Assunção, coincidentemente a padroeira da cidade de Fortaleza (onde nascera em 1909), e em cuja data comemorativa - 15 de agosto -, do ano de 1931, ele celebrara sua primeira Missa.

O conhecido estudioso da Mariologia, Afonso Murad, após explicar o significado da assunção de Maria, afirma, no que chama de ‘lição existencial do dogma’, que ela [a assunção] “foi o término de seu peregrinar nesse mundo. Cada vez que ela dava novos passos para seguir a Jesus, para buscar a vontade de Deus, o Senhor ia assumindo e transformando sua pessoa. Até que chegou o momento final” (2012, p. 191). Dom Helder cultivava afeto e devoção para com Maria - a que ao dizer sim aos planos de Deus tornou-se importante elemento na história da salvação - e, à sua semelhança, buscava ampliar seus passos no seguimento de Jesus.

Tais passos também o transformavam à medida que assumiam simultaneamente as conotações de rompimento de limites e de ampliação de fronteiras, até o lugar transcendental, na perspectiva teológica, ou até o entre-lugar, conceituado por alguns autores da sociologia contemporânea. O pensamento de fronteiras a que Dom Helder se referia pode também ser analisado sob o prisma de construção da sua identidade de bispo católico, entendendo-se, entretanto, que as identidades são construídas não mais nas singularidades, mas nas fronteiras das diferentes realidades, e que elas não são imaginários fixados pelo passado, mas estão

¹² Conforme explicitam os organizadores da obra, trata-se de “janelinha com ferrolho abrindo direta em cima do Sacrário”.

abertas a novas sínteses. Assim, para Homi Bhabha (2001) e Boaventura de Sousa Santos (2010), por exemplo, os “entre-lugares” resultam de um pensamento liminar, construído nas fronteiras, nas bordas das culturas.

Nessa perspectiva podemos examinar a versatilidade da obra de um prelado que, com propriedade, pode ser cognominado Bispo das Fronteiras. Sem abandonar tradições alicerçadas nos séculos, ousou agregar valores e expandir perspectivas de atuação através de múltiplas experiências vivenciadas nos meandros da condição humana e, nela, das construções culturais. Assim, em meio às fronteiras e também pelas bordas dessas construções, transitou do articulador político ao artista, sem deixar de ser profeta que denunciava injustiças e promovia a paz, ainda que, em tais dimensões, nem sempre a identidade racional de homem religioso estivesse explícita.

Em tal diapasão, além do destaque feito à versatilidade de sua obra, destacamos o fato de ele ter permanecido incessantemente atento à construção de suas imagem e identidade de alguém que, como o Cristo, recusava ser servido e punha-se a serviço, da Igreja e da sociedade. Esse percurso confere atualidade às temáticas de suas falas e textos, tão vastos e eloquentes, e permite o reconhecimento do quilate de que são portadoras. A dimensão referida [vastidão] resulta de não escapar às suas preocupações nada do que é humano, e o poder de persuasão citado [eloquência] encontra ressonância nas atitudes de um homem criativo no cuidado com a vida de todos.

E, aqui, o vocábulo todos abrange desde a formiga com quem “conversou” - 412ª Circular Pós-conciliar (05/06.07.1968) - sobre o fato de ela e suas companheiras terem comido uma roseira que plantou no jardim da nova casa e que lhe respondeu: “o senhor pensa que é só o senhor que gosta de roseira e de rosas...” (CAMARA, 2013b, p. 176), até o desejo de estabelecer relações com os supostos seres de outros mundos, cuja existência foi por ele cogitada: “será orgulho absurdo pretender que a vida e sobretudo vida inteligente e livre somente exista na Terra. [...]. O problema para a criatura humana seria atingir mundos tão distantes...” (Diário de Pernambuco, 07.05.2000).

Ainda nos primeiros dias em sua nova residência, impressões esparsas eram registradas pelo arcebispo, como na 381ª Circular Pós-conciliar (27/28.03.1968):

Mais notícias sobre a nova Casa? Tudo melhor do que eu sonhara. A Vigília tem ambiente esplendido. Já no quarto de dormir, não só há a janelinha que dá para o Sacrário, como a seteira, a abertura que deixa a vista uma nesga de céu, com uma estrelinha linda...

Na hora da Vigília, a janela dá para um jardim sempre florido e para um céu belíssimo. Janela sem grade!...

Missa - quando celebro em Casa - as 6h30. As Irmãzinhas são irmãs de verdade. Para a Vigília deixam três garrafas térmicas: uma, com refresco gelado; outra, com chá quente; uma terceira, com água gelada. E, em volta, biscoitos, doces, frutas. A dificuldade é escolher...

Depois da Missa, café reforçado...

O almoço, vocês sabem, é nas Damas da Instrução Cristã - na mesma Av. Rui Barbosa, onde fica Manguinhos. Quando não janto fora, é bater em Casa e o jantar chegar. O grill não vai funcionar.

E até hoje, para ir daqui pra Manguinhos, de lá para o almoço, do almoço para Manguinhos, de onde estou para Fronteiras ainda não tive que tomar um táxi... Há sempre quem me traga. E até hoje, de cada vez, gente nova. Não consigo caminhar cinco metros e alguém me apanha... Uma delícia! (CAMARA, 2013b, p. 59). Grifos originais.

Entretanto, caso fosse retirada a sua certeza de estar nas mãos de Deus, o que ele registrava como sensação deliciosa, devia ser visto como imprudência, pois dado o contexto político e social, receber caronas de quem as oferecia era, no mínimo, uma atitude por demais temerosa.

E os perigos não se fizeram esperar: passados alguns meses, os muros da Igreja das Fronteiras foram pichados e alvejados, conforme, entre outras notícias, divulgava a imprensa: “Helder Camara diz que atentados não o atemorizam” (Jornal do Commercio, 27.10.1968); “Casa de Dom Helder voltou a ser alvejada por terroristas, desta vez em pleno dia” (Diario de Pernambuco, 29.10.1968); “Polícia vigia casa de D. Helder para evitar ataques e pichamentos” (Jornal do Commercio, 30.10.1968); “Casa de Hélder é guarnecida por policiais” (Jornal do Commercio, 30.10.1968).

Como reagia o arcebispo? Outra vez recorremos às Circulares. Na 441^a [bis] Pós-conciliar (27/28.10.1968) registrou:

Que houve de exato sobre a Casa das Fronteiras? O muro da igreja apareceu com os dois dizeres que vocês conhecem: Helder é subversivo e SAC é o poder. O nosso muro amanheceu lindamente pintado de vermelho: parecia sangue! Os jornais (especialmente o dos *Diários Associados*) fizeram o alarme. São responsáveis, inclusive, pela história da Casa metralhada. Dizem que houve tiros para o ar e há uns dois ou três sinais de bala, na parede. Graças a Deus, os nossos deram o mínimo de atenção. Há pessoas capazes de levantar o alarme para dizer depois que tudo foi inventado por nós, como publicidade.

Quando cheguei (o Pe. Marcelo [Carvalho] declarara à Imprensa que nada faríamos para apagar dizeres e tinta: só haveria apagamento se o Governo ou o Povo tomasse a iniciativa) a Secretaria de Segurança já apagara os dizeres. Enquanto fui a Garanhuns, a Prefeitura apagou o vermelho...

A Secretaria de Segurança avisou-me que há, em cada ponto do quarteirão, da meia-noite às 6h, um Cosme e Damião¹³, e em frente de nossa Casa, escondidos numa garagem, cedida por um de meus Vizinhos, dois secretas, encarregados de apurar de onde parte a comédia... (CAMARA, 2013b, p. 279). Grifo original.

Homem habilidoso no lidar com situações adversas, Dom Helder e seus auxiliares souberam posicionar-se quanto à questão, sobretudo no tocante a afastar a possibilidade de serem os episódios interpretados como iniciativa dele ou de alguém do seu círculo mais próximo, com o objetivo de adquirir publicidade. Daí o tom amenizador da circular supracitada. No entanto, outra é a interpretação que emana da leitura da Circular Pós-conciliar seguinte, a 442^a (30/31.10.1968). Nela o prelado sente a possibilidade de ser morto e assim escreve, quanto à iminência de transpor a última fronteira:

A PRINCÍPIO, A 8^a BEM-AVENTURANÇA¹⁴ me parecia tão fora do alcance de minhas mãos, que nem chegava a levar a sério a hipótese de ela vir a realizar-se em minha vida.

De repente, descobri que já quatro vezes o Pai me elegeru sem merecimento algum de minha parte. Pura bondade divina! Elegeru-me a vida; a vida divina; ao sacerdócio; a plenitude sacerdotal. Por que, em tese, não admitir que ainda uma quinta vez a misericórdia divina funciona!?!...

As descobertas se multiplicaram:

É ou não verdade que, desde 15 de agosto de 1931, dada a graça incomparável da perene primeira Missa, do perpétuo cântico novo, o Ofertório é sempre entrega total nas mãos de Deus, inclusive com oferenda total da vida, sem reservas, nem limites de espécie alguma?... Apenas suplico que não me falte a graça das graças: a graça da boa morte!

O lema "*in manus tuas*" jamais foi frase vazia: com a graça divina, o Pai sabe que tem mesmo carta branca para usar e abusar, sem pedir licença... Até me acanho de dizer que Ele não tem feito cerimônias: se Ele tem confiança de fazer de mim futebol, que largueza, que generosidade, que magnanimidade na cobertura que dá depois!...

Acho uma felicidade rara não ter que pedir nem fração de segundo... Nada que tenha de ser acabado direta e exclusivamente por mim... Convicção absoluta de que o Pai faz de conta que precisa de nós... Convicção absoluta de que, de perto d'Ele, se pode muito mais do que com os recursos precários cá de baixo...

Felicidade de viver uma profunda alegria interior de quem pode, a cada instante, ser chamado a Casa do Pai e felicidade de ser fiel até o fim (CAMARA, 2013b, p. 283). Grifo original.

O entendimento da calma com que escreve está na forma como encerra a circular. De maneira absolutamente excepcional, antes da costumeira despedida - "bênçãos saudosas do Dom" -, por três vezes grafou "*In manus tuas!*"

¹³ Alusão ao fato de serem policiais atuando sempre em dupla.

¹⁴ Referência a Mt 5, 10: "Felizes os que são perseguidos por causa da justiça, porque deles é o Reino do Céu".

Dom Helder não morreu assassinado. Porém, para atingi-lo, isso aconteceu com um de seus assessores - caso do Pe. Antonio Henrique Pereira Neto. Outras formas de persegui-lo através de pessoas do seu grupo foram efetivadas; por exemplo, o impedimento de entrada no Brasil, quando retornava de viagem à Europa, do Pe. José Comblin, teólogo belga que trabalhava na Arquidiocese de Olinda e Recife¹⁵.

Aos 27 de agosto de 1999, com 90 anos de idade, Helder Camara faleceu na Casa das Fronteiras. A fase recifense de sua vida está indelevelmente marcada por aquele local, onde, hoje, é vivenciada mais uma extinção de divisas, pois ela é visitada por significativo número de admiradores que vão de pessoas simples do povo, até estadistas, passando, entre outros, por religiosos, estudantes e pesquisadores, artistas e membros de corpos diplomáticos...

A tramitação do processo de sua beatificação que, em logrando êxito, será sucedido pelo de canonização, dotará o local de outras conotações, uma vez que implicará a obtenção do reconhecimento oficial - que somará ao já conferido pelos que conhecem sua vida e atuação - de que ali sagrado e profano foram mesclados como proporções de outro entre-lugar onde as fronteiras eram facilmente transpostas. Na Casa serão rememoradas e celebradas as dimensões do homem que arquitetava tramas políticas, *intra* e *extra* eclesiais, e sonhava alternativas para um mundo mais justo como somente o fazem os santos. Talvez pudéssemos acrescentar os loucos, da radical loucura evangélica que requer total e confiante entrega da vida nas mãos de Deus.

Ainda duvidamos de que hierofanias acontecem na contemporaneidade?

Os processos de patrimonialização das “Fronteiras” e de musealização da “Casa do Dom”

No Brasil, desde 1933, existem políticas públicas para a preservação do patrimônio; a princípio vinculada ao Museu Histórico Nacional, a Inspetoria de Monumentos Nacionais (IMN)¹⁶ que, entre as suas atribuições, procura refrear a saída

¹⁵ Os dois acontecimentos foram citados apenas como ilustração inserida na linha argumentativa que estamos desenvolvendo. Dessa forma, aprofundá-los não faz parte dos objetivos deste artigo. Ainda assim, aos eventuais interessados em maior conhecimento sobre ambos sugerimos a leitura de Cunha (2008) - que trata da morte do Pe. Henrique - e a de Muggler (2012) - acerca do impedimento de retorno ao Brasil do Pe. Comblin (ver referências).

¹⁶ Estabelecida pelo Decreto nº 24.735, de 14 de julho de 1934.

para fora do país de objetos antigos, associados à história/identidade nacional, bem como impedir que edificações monumentais sejam destruídas sob o subterfúgio de reforma e modernização de cidades. Ao longo dos anos, essa instituição mudou de nome, sendo sucessivamente, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, depois, Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), em 1947 e, desde 1970, é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

A Igreja de Nossa Senhora “das Fronteiras”¹⁷, obra de arquitetura religiosa cuja posse é da Arquidiocese de Olinda e Recife, é reconhecida como patrimônio nacional desde 11 de novembro de 1949, conforme atesta o Ofício de nº. 1.310, emitido pela DPHAN, à época, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde. No referido documento, o diretor - Rodrigo Melo Franco de Andrade -, afirma que, em consonância com o Decreto-Lei nº 25/37, “foi a igreja de Nossa Senhora das Fronteiras, do Recife, inscrita nesta data sob o nº 261, a fl. 45 do Livro do Tombo Histórico”. Segundo a lei:

Art. 1º. Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. [...]

Art. 4º. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros de Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art.1º desta lei, a saber: [...] 2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica. (BRASIL *apud* FONSECA, 2005, p. 245-246).

No capítulo V, do Decreto supracitado, no qual constam as Disposições Gerais, lê-se no artigo 25, que

o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional procurará entendimentos com autoridades eclesiásticas, instituições científicas, históricas ou artísticas e pessoas naturais ou jurídicas, com objetivo de obter cooperação das mesmas em benefício do patrimônio histórico e artístico nacional (BRASIL *apud* FONSECA, 2005, p. 251-252).

Partindo dessas informações técnicas, propomo-nos mostrar como, ao longo do processo jurídico de tombamento¹⁸, cujo fim é a preservação dos patrimônios

¹⁷ Assim está inscrita a Igreja de Nossa Senhora da Assunção no processo guardado na biblioteca da superintendência do IPHAN, em Pernambuco. Como a base desta sessão do artigo são os documentos arquivados neste processo, optamos por referir-nos à igreja, tal como está escrito no processo de tombamento.

¹⁸ Processo 400 - T- 49. Livro Histórico Vol. I, folha 45, Número de Inscrição 261, datado de 11 de novembro de 1949.

culturais, foram realizadas obras e intervenções na Igreja das Fronteiras. Elas pretendiam garantir que a estrutura física do prédio pudesse ser mantida como um registro da história nacional relacionada, especificamente, à batalha que culminou com a expulsão dos holandeses, conforme explicamos no início deste artigo. Prova de nossa suposição é o documento que abre o processo, um parecer, datado de 06 de setembro de 1949, escrito pelo diretor da DET (Divisão de Estudos e Tombamento), o arquiteto Lúcio Costa, no qual se lê que “a igreja não apresenta nenhum valor artístico. Interessa apenas como **reminiscência de sentido histórico sentimental**” (COSTA, 1949). Grifo dos autores.

Esse lugar de memória é, “nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional” (NORA, 1993, p. 21), à medida que reconhecemos, por exemplo, no caso da Igreja das Fronteiras, que à estrutura física do prédio (paredes, teto, beirais, insígnias) atribui-se uma atmosfera simbólica - memória da vitória na batalha de expulsão dos holandeses do território pernambucano - que conserva e reescreve sua funcionalidade, pois, sem deixar de ser templo católico, o espaço transforma-se em um lugar de experiência do vivido. Conservá-lo passa a ser uma prerrogativa de manutenção desse vivido, para que outras gerações conheçam e valorizem aquelas histórias incrustadas nas paredes, revestidas pelo tempo e retransmitidas pela memória.

Se é verdade que a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para [...] prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações (NORA, 1993, p. 22).

A respeito das obras a que fizemos referência no texto, a primeira delas é mencionada no Ofício nº 136/49, de 27 de agosto de 1949: ela informa ao então arcebispo de Olinda e Recife, Dom Miguel de Lima Valverde, que a Igreja das Fronteiras havia sido entregue aos cuidados do bispo-capelão da Polícia Militar, Dom Ricardo Ramos de Castro Vilela¹⁹; antes dele, cuidavam da igreja as Irmãs do

¹⁹ Primeiro bispo da diocese de Nazaré, retornou para a capital pernambucana após tornar-se emérito, em 1949.

Patronato São Vicente de Paula²⁰, “de maneira mais ou menos satisfatória” (DPHAN, Ofício 136/49). Atesta ainda o ofício que

não foi feito nenhum serviço de pintura naquela Igreja, e, talvez na melhor das intenções, o Bispo-Capelão mandou fazer uma caiação externa, na qual temos a lamentar, hajam sido recobertas novamente, com cal, as cercaduras de arenito dos vãos da fachada, postas à mostra, **quando dos trabalhos de restauração procedidos pelo DPHAN**. No serviço executado, não se cogitou da proteção necessária das esquadrias de madeira, que ficaram absolutamente desprotegidas de qualquer pintura. [...] Julgamos conveniente o DPHAN mandar proteger, com pintura, as esquadrias, pois do contrário, irão cada vez ainda mais se deteriorando (DPHAN, Ofício 136/49)²¹. Grifo dos autores

Passados pouco mais de dois anos desse ofício, a Diretoria do Patrimônio local constatou o estado de abandono em que se encontrava a igreja e, sabendo do interesse da Congregação das Filhas da Caridade em abrir uma Escola de Enfermagem no prédio vizinho à igreja, escreveu o Ofício 224/51, dirigido à Diretora da Escola de Enfermeiras Nossa Senhora das Graças, do Recife, solicitando a sua colaboração “considerando que o referido templo não tem, atualmente, quem se encarregue da sua limpeza e zeladoria, como fora de esperar - vimos encarecer da reverenda irmã Diretoria, quisesse aceitar esse incumbência honrosíssima” (DPHAN, Ofício 224/51).

Sabe-se que as Irmãs permaneceram no trabalho à frente do cuidado da igreja até, pelo menos, o ano de 1955, quando foi expedido o Ofício 042/55, datado de 26 de março, a respeito das obras na Igreja de Nossa Senhora das Fronteiras, no Recife, escrito pelo Diretor do DPHAN local, para o Diretor nacional do mesmo órgão, Rodrigo Melo Franco de Andrade. O documento dá conta dos “ligeiros trabalhos de revisão do engradamento da cobertura, combate ao cupim e eliminação de goteiras”. Descreve ainda que foi necessário, na capela-mor, “substituir o frechal lateral, alguns caibros, renovando-se, parcialmente, o enripamento e o entalhamento”. Sugere o documento aplicar “um ‘cachorro’ na cumieira [sic] e outro na terça, que se apoiam no frontão”. Vários caibros de toda a extensão do prédio foram substituídos e “todo o

²⁰ As citadas Irmãs do Patronato de São Vicente são as irmãs da Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, Servas dos Pobres, cuja Casa Provincial - Nossa Senhora das Graças - está construída ao lado da Igreja das Fronteiras. Também referidas neste artigo como Filhas da Caridade.

²¹ Destas duas primitivas obras de restauração apenas se conservou este ofício, não existindo na biblioteca do IPHAN, nem nos arquivos da Paróquia da Soledade, da qual a igreja de Nossa Senhora da Assunção faz parte, nenhum registro. Consideramos, ainda, a possibilidade de pesquisar o Arquivo da Cúria Metropolitana, porém, ele encontra-se em fase de organização e indisponível para consultas aos documentos daquele período.

engradamento da cobertura do templo, está recebendo tratamento contra cupim com ‘Dowicide’, dissolvido em creosoto e querosene” (DPHAN, Ofício 042/55).

É nesse documento que aparece, pela primeira vez, em todo o processo de registro e tombamento, uma menção à cor aplicada à igreja: “as janelas da fachada lateral direita, que estavam à mostra, estão sendo protegidas com **pintura na cor verde**”. O custo desta obra foi de C\$ 75.528,20, pagos com verba própria do DPHAN local, conforme está escrito no Ofício 042/55. Registra ainda o documento ser desejo das Irmãs de São Vicente, que utilizam e conservam a igreja, que

seja feita uma limpeza geral, caiação e pintura, bem como a **remoção da pintura branca dos altares**, que tiveram, tempos atrás, seus ornatos ‘valorizados’ com **ouro banana**. Para tanto estão dispostas a colaborar com o DPHAN na execução do trabalho, concorrendo com dez mil cruzeiros (DPHAN, Ofício 042/55). Grifos dos autores

O documento termina fazendo referência ao custo total da obra orçada em trinta mil cruzeiros e, pediu que o valor restante para a sua realização viesse de “parte da dotação ‘Reparos em Monumentos’, prevista no plano de Obras de 1955”. Destacamos, deste ofício, duas observações: a primeira, relativa ao uso da expressão “ouro banana”. Trata-se de um

sucedâneo barato do metal precioso, visualmente espalhafatoso e artificial - remete a considerações feitas mais ou menos na mesma época por um jovem arquiteto bastante próximo do círculo neoclássico carioca, liderado pela polêmica figura de José Mariano Filho: Lúcio Costa (RUSKIN, 2008, p. 41).

A segunda observação está relacionada às expressões “reparos e monumentos” e “plano de obras”, pois as duas fazem referência ao Decreto nº 20.303, de 02 de janeiro de 1946, que trata do regimento interno do DPHAN, especialmente no capítulo III - “Da competência do órgão” - que, no artigo 10, diz competir à Divisão de Conservação e Restauração, “de acordo com as instruções de serviço baixadas pelo Diretor Geral, especificações, orçamentos e projetos definitivos dos serviços mencionadas no número anterior e cuja execução tenha sido autorizada pelas autoridades superiores” (BRASIL, 1946, s.p.).

Após a vinda de Dom Helder para morar nos fundos da sacristia, uma nova fase foi inaugurada, e a igreja, antes esquecida, tornou-se o porto seguro do arcebispo após ter sido por ele escolhida como sua última morada. Ainda que muito conhecida e bastante frequentada, não há registro de que, no período em que viveu nas Fronteiras, Dom Helder tenha realizado qualquer obra em benefício da manutenção

da Igreja. No entanto, a frase “Dom Helder Camara, Arcebispo das Fronteiras” tem sido a principal bandeira usada pela instituição por ele criada - à época, Obras de Frei Francisco, hoje, Instituto Dom Helder Camara (IDHeC) -, para levantar fundos para as intervenções de restauro e manutenção da Igreja. Em vista disso, procedemos a um levantamento dessas reparações.

No âmbito das políticas públicas, a superintendência do IPHAN, em Pernambuco, produziu, em 2005, o Inventário dos Bens móveis e integrados, da Igreja. No volume que trata da construção, estão descritos os elementos arquitetônicos e decorativos, e estão inventariados 130 objetos; ele abrange a descrição dos frontispício, beiral, entablamento, forro, frontão, janelas, óculo, pilastras, portadas, pisos, arcos, cimalha, coruchéu, cruz e escadas. À parte o fato de ser o primeiro documento produzido com fotos da igreja, apresenta, de cada item, informações como o material usado na construção e a técnica, além de, quando possível, as dimensões das peças.

O volume dedicado à descrição dos interiores, apresenta as peças do mobiliário, objetos de iluminação e acessórios de interiores. Estão inventariados 18 itens, entre os quais, púlpito, sanefa, pia de água benta, bancos de igreja, confessionário, genuflexórios, grades de separação, mesas, retábulos, sacrários, anjos tocheiros, mesas, baús, armários e cômodas. Dessas peças, algumas já não compõem mais o bem tombado, configurando, assim, uma perda dos bens integrados ao Patrimônio Federal, são elas: os dois anjos tocheiros que, segundo a descrição do inventário, estão “em pé, posição frontal, seguram com as duas mãos castiçal com três bicos de luz”, peças em gesso pigmentado, feitas na técnica de modelagem e policromia nas cores branca, azul, vermelha, dourada, marrom e preta. E, também, uma mesa, originalmente localizada no consistório, no segundo pavimento da igreja, cuja descrição diz: trata-se de uma “mesa composta por tampo retangular, de bordas frisadas, seis pernas com rodízio, sendo os quatro centrais, amarrados por travamento”, com as seguintes dimensões: 79 cm de altura, 233 cm de largura e 115 cm de profundidade.

O último dos três volumes é dedicado à descrição das chamadas artes visuais (esculturas religiosas e pinturas), dos objetos cerimoniais (objetos de culto e objetos funerários), de comunicação (objetos de comunicação sonora), insígnias, amostras e fragmentos, e de trabalho (instrumento musical). Os objetos inventariados são:

imagens sacras dos altares, pedra de ara, urnas funerárias, âmbulas, cálice, patena, lápide sepulcral, sinos, brasão, fragmento de altar-mor e órgão da nave. Dessas peças não se encontram mais na igreja: o fragmento do altar-mor, uma peça de madeira entalhada, “composta por travejamento e laterais curvos, com tampo retangular, frontal liso, arrematado por cartela central, base frisada saliente e laterais lisas”, medindo 100 cm de altura, 107 cm de largura e 68 cm de profundidade. E o órgão, da fábrica brasileira de órgãos e harmônios João Edmundo Bohn, sem datação precisa, que é uma peça feita de marcenaria e fundição que mede 120 cm de altura, por 99 cm de largura e 49 cm de profundidade.

Se analisarmos a gestão do patrimônio em âmbito institucional não federal, podemos apresentar um levantamento das três principais obras de restauro e manutenção executadas na gestão do Instituto Dom Helder Camara; foram elas: o restauro da coberta, do novo forro e as esquadrias, obra executada, em abril de 2007, a partir do aporte financeiro de 150.000,00€, obtidos por meio de doação.

Um ano antes, em 2006, o IDHeC havia apresentado ao IPHAN o “Projeto Conjunto das Fronteiras - Memorial Dom Helder Camara”, que foi aprovado em 2008, sob inscrição junto ao Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), com o número 06.0358. Esse projeto possibilitou a arrecadação de R\$ 845.009,41, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento do Nordeste (BNDES), na condição de “colaboração não reembolsável, no âmbito da Lei Rouanet”. Esta obra durou mais de 12 meses e fez o restauro das partes hidráulica e elétrica da Igreja, dos retábulos, pisos, esquadrias e portas, e a reforma do terraço anexo à igreja - hoje chamado de Espaço Dom Lamartine Soares -, a construção de banheiros, a colocação da plataforma de acesso ao 2º pavimento do prédio e, também neste pavimento, a instalação dos aparelhos de ar-condicionado e dos expositores para a instalação da exposição permanente sobre Dom Helder Camara.

A última obra foi, segundo matéria veiculada no portal de notícias JConline, em 28 de agosto de 2016, “após dois meses fechada para obras de restauração, a Igreja de Nossa da Assunção das Fronteiras, [...] abriu as portas neste domingo (28). Os três altares e as imagens dos santos passaram por intervenção, orçada em R\$ 900.000,00”; ainda segundo a mesma fonte, a obra foi patrocinada pelo Instituto de Desenvolvimento Humano - IDH, e pelo Banco Santander. Com esse recurso foi possível um novo trabalho de descupinização dos retábulos e das traves que

sustentam todo o segundo pavimento da igreja; também foram refeitos os serviços de entalhes nos retábulos, um altar de madeira foi colocado em substituição ao que foi usado por Dom Helder e foi colocado na área próxima ao altar um novo banco. Todas as quatro imagens sacras foram higienizadas e tiveram suas cores restauradas, inclusive com a aplicação de folhas de ouro no manto da imagem de Nossa Senhora da Assunção.

Essas obras empreendidas desde o século passado possibilitaram a igreja manter-se de pé; hoje, ela continua aberta, especialmente de terça a sexta-feira, das 13h às 17h, para visitação, oração e acolhida. São realizados casamentos, batizados e missas, cujo horário oficial é domingo, às 11h. Dividem, atualmente, a provisão da igreja, o Pe. José Augusto, pároco de São José do Ribamar, no Recife, e o Pe. Fábio Santos, pároco de Nossa Senhora do Rosário, em Jaboatão dos Guararapes. Graças a todos esses investimentos a história de Henrique Dias e, mais especialmente, da vida de Dom Helder pode ser contada às gerações que não os conheceram e ser por elas visitadas.

A “casinha das Fronteiras”, a última morada, ganhou um grande reforço, como espaço de memória, não só histórica, mas, sobretudo, teológica da experiência de vida e fé do falecido arcebispo de Olinda e Recife, pois ela passou pelo processo de musealização. Isso implicou um encadeamento de ressignificações das funções de seus objetos pessoais. Dito de outro modo, as peças que antes eram de uso comum são, agora, fios com os quais se tece sua narrativa biográfica, o que permite ao visitante não apenas ver e conhecer o cotidiano do arcebispo, como também, tomar as peças como ponto de partida para reflexões teológicas, históricas, culturais e sociais. No caso de Dom Helder, a sua casa é o maior legado da sua forma de viver o evangelho e, em especial, o lema escolhido para seu episcopado: *In manus tuas!*

O Memorial Dom Helder Camara, como é chamado o conjunto pela Igreja das Fronteiras, a Casa Museu e o Centro de Documentação Helder Camara, está registrado, segundo o Guia Brasileiro de Museus, desde 2000, e tem no IDHeC sua mantenedora.

Para os que a visitam, o “roteiro” começa com a travessia de uma estreita porta verde que separa a sacrista da casa propriamente dita, propiciando ao visitante deparar-se com uma “pobreza elegante”, para citar uma frase do comendador Aires, personagem de Machado de Assis (2013, p. 31). Uma vez que toda a mobília da casa

é oriunda do Palácio de São José dos Manguinhos, verá também parte da coleção de livros da biblioteca pessoal do ex-arcebispo, com livros de filosofia, teologia, história, geografia, literatura, escritos nos idiomas que lia - português, inglês, francês, espanhol e italiano - além do livro das Horas, de muitas edições da bíblia e de incontáveis dicionários.

A partir da sala de trabalho, pode-se avistar sua pequena cozinha, sem fogão e geladeira, pois suas refeições eram preparadas na cozinha do Convento das Filhas de Caridade de São Vicente; à frente do balcão está o banheiro, completamente reformado - quando da obra de “restauro” da igreja (em 2008) - para ser acessível ao visitante com mobilidade reduzida²².

Em frente à estante de livros, está a entrada para o cômodo onde há a maior identificação dos visitantes com a história de Dom Helder: trata-se de seu quarto. Um pequeno vão, sem janela, com uma cama muito pequena e baixa colocada no meio do quarto; ao fundo uma cômoda e, sobre ela, parte da coleção de imagens de São Francisco de Assis. Ao lado dela, pendurada em um cabide, está a batina branca que ele habitualmente usava para dormir. O quarto conserva ainda elementos próprios de sua formação, como a imagem de Nossa Senhora, um crucifixo e uma imagem de São Vicente de Paulo. Aqui a mediação da visita abre espaço para que o visitante possa contar suas memórias afetivas com o patrono do museu, ao mesmo tempo em que é um espaço de reflexão da fé, pois um dos aspectos mais salientados no quarto é o de que ele está espacialmente colocado atrás do retábulo-mor da igreja, de modo que Dom Helder tinha o seu sono velado por Nossa Senhora da Assunção e pelo Cristo, colocados acima do teto do quarto.

Os últimos dois cômodos da Casa-Museu para onde os visitantes são conduzidos são a sala de jantar e de visitas, cuja mobília foi reconduzida após a morte de Dom Helder, em 27 de agosto de 1999, pois, por recomendações médicas, ele foi trazido do quarto para a sala, a fim de facilitar o atendimento médico e mesmo a remoção em casos mais graves. Assim, desde 1996, Dom Helder já não dormia em seu quarto original, mas numa cama instalada na sala, de forma a manter a cabeceira sempre elevada, e aparatos médicos como monitores cardíacos e suporte para medicação

²² Porém essa intervenção é muito crítica haja vista não haver nenhuma rampa de acesso desde a porta de entrada da igreja até o referido banheiro; além do mais, a largura da porta da casa de Dom Helder não permite que um cadeirante, por exemplo, passe para chegar até o cômodo...

intravenosa. Hoje, no entanto, o visitante toma conhecimento dessas informações graças a um quadro com fotos que mostram como a sala ficou nos últimos anos de vida de Dom Helder; assim, o que ele vê é uma agradável poltrona, uma bela rede, uma mesa com quatro cadeiras e uma televisão Sharp. De saída pela sala, vê-se o jardim onde está a roseira que foi plantada pelo dono da casa. Esses espaços formam a Casa-museu Dom Helder Camara.

Em abril de 2013, outro espaço foi inaugurado: a exposição permanente dos prêmios, comendas, objetos pessoais e litúrgicos de Dom Helder. Para a elaboração desse espaço, o IDHeC recebeu do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Cultura, R\$ 105.600,00. A partir desse recurso, segundo o projeto, foram adquiridos mobiliário complementar e equipamentos (não especificados). Com os mesmos recursos, também foram efetuados uma pesquisa e um inventário do acervo²³. Todavia, ao término dessa etapa, foi possível perceber alguns problemas referentes, por exemplo, ao banco de dados, no qual deveriam estar salvos “todo” o inventário e a pesquisa relacionados ao acervo; porém, o inventário mostrou-se uma cópia digital dos inventários produzidos em anos anteriores; também evidenciou-se ineficiente no tocante à função de recuperação de informações como a localização das peças, tanto na exposição quanto na reserva técnica e, mais grave, revelou-se um banco de dados que não pode ser alterado, posto não permitir a correção/acréscimo de peças já existentes e/ou novas.

Outras pequenas exposições já foram montadas no espaço do pavimento superior da igreja, sempre na tentativa de dar ao visitante uma ideia do imenso e complexo acervo deixado por Dom Helder. Aproximando-os o máximo possível de uma reflexão que englobe a história e a teologia, os processos de patrimonialização e musealização tentam prover uma consciência de pertença a uma sucessão de fatos históricos na perspectiva de uma experiência religiosa que não se restringe à fé

²³ O inventário é a descrição física das peças: deve conter informações como dimensões, material de produção - ouro, vidro, bronze, metal etc - ano da aquisição e se há ou não outras peças agregadas; por exemplo, um prêmio de *doutor honoris causa* é formado por diploma, placa, capa e capelo. Para cada item desse prêmio faz-se uma entrada no inventário. Já a pesquisa a que fizemos referência no texto foi pensada, originalmente, como um complemento histórico desse inventário, uma vez que a ele seriam agregadas outras informações tipo matérias de jornais publicadas sobre o recebimento do prêmio, usando ainda o exemplo do dourado *honoris causa*, o discurso proferido - e, caso houvesse as versões escritas e não pronunciadas - as fotografias do evento. Com isso esperava-se integrar a chamada reserva técnica de peças (prêmio, comendas, objetivos litúrgicos e pessoais) ao vasto acervo do Centro de Documentação.

católica. Apesar dos esforços, o Memorial de Dom Helder é um museu não muito visitado, tendo recebido, desde 2003, conforme registrado em seu livro de visitas, apenas 3.484 assinaturas. Para a visita guiada, o espaço fica aberto de terça a sexta-feira, das 13h às 16h 30.

Ainda que não desprezemos a possibilidade de haver pessoas que não fizeram o registro formal de sua passagem pelo Memorial, reconhecemos a necessidade de maior divulgação daquele espaço e visualizamos o incremento às visitas como mais uma fronteira a ser ampliada. Isso deverá ser decorrência natural dos processos de beatificação e posterior canonização... Embora nas mãos de homens, eles se referem a alguém cuja vida - dedicada a tão variadas frentes - pode sintetizar-se em uma única exclamação: Em tuas mãos, Senhor!

Referências

- ASSIS, Machado de. **Memorial de Aires**. 3. ed. São Paulo: Martin Claret, 2013.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.
- CABRAL, Newton Darwin de Andrade. **Onde está o povo, aí está a Igreja?: História e memórias do Seminário Regional do Nordeste II, do Instituto de Teologia do Nordeste e do Departamento de Pesquisa e Assessoria**. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2008.
- CALADO, Frei Manoel. **O valeroso lucideno e triunfo da liberdade**, v. 2. 4. ed. Recife: FUNDARPE, 1985.
- CAMARA, Dom Helder. **Circulares conciliares: de 13/14 de outubro de 1962 a [14 de] março de 1964**. Recife: CEPE, 2009[a]. 431 p. (Obras Completas de Dom Helder. V. 1, T. 1). Orgs.: Luiz Carlos Luz Marques e Roberto de Araújo Faria.
- CAMARA, Dom Helder. **Circulares interconciliares: de 11/12 de abril a 9/10 de setembro de 1964**. Recife: CEPE, 2009[b]. 305 p. (Obras Completas de Dom Helder. V. 2, T. 1). Org.: Zildo Rocha.
- CAMARA, Dom Helder. **Circulares pós-conciliares: de 5/6 de agosto de 1967 a 13/14 de fevereiro de 1968**. Recife: CEPE, 2013[a]. 436 p. (Obras Completas de Dom Helder. V. 4, T. 1). Orgs.: Zildo Rocha e Daniel Sigal.
- CAMARA, Dom Helder. **Circulares pós-conciliares: de 25/26 de fevereiro a 30/31 de dezembro de 1968**. Recife: CEPE, 2013[b]. 431 p. (Obras Completas de Dom Helder. V. 4, T. 2). Orgs.: Zildo Rocha e Daniel Sigal.
- CARRAZZONI, Maria Elisa (Org.). **Guia de bens tombados**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1980.
- CAVALCANTI, Carlos Bezerra. **Cronologia da História de Pernambuco**. Recife: Ed. do Autor, 2009.
- CUNHA, Diogo. **Estado de exceção, Igreja Católica e repressão: o assassinato do padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto**. Recife: Editora da UFPE, 2008.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC - IPHAN, 2005.
- FRANCA, Rubem. **Monumentos do Recife**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, 1977.
- HOORNAERT, Eduardo (Org.). **O Pacto: ideário de uma Igreja Pobre e Servidora**. Recife: Instituto Dom Helder Camara, 2015.

MUGGLER, Monica Maria. **Padre José Comblin: uma vida guiada pelo Espírito**. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2012.

MURAD, Afonso Tadeu. **Maria, toda de Deus e tão humana: Compêndio de mariologia**. São Paulo: Paulinas; Santuário, 2012.

PEREIRA DA COSTA, F. A. **Anais pernambucanos**. Recife: Arquivo Público Estadual, 1952. v. 4.

PILETTI, Néelson; PRAXEDES, Walter. **Dom Hélder Câmara: entre o poder e a profecia**. São Paulo: Ática, 1997.

RUSKIN, John. **A lâmpada da memória**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Leonardo Dantas. **Pernambuco preservado: histórico dos bens tombados no Estado de Pernambuco**. Recife: L. Dantas Silva, 2002.

Jornais e revistas

CASA de Dom Hélder voltou a ser alvejada por terroristas, desta vez em pleno dia. **Diário de Pernambuco**, 29 out. 1968. Primeiro Caderno.

CASA de Hélder é guarnecida por policiais. **Jornal do Commercio**, 30 out. 1968.

DELGADO, José. Aqui mora um bispo. **Revista do Jornal do Commercio**, 24 mar. 1968.

D. HELDER, o novo vizinho. **Diário de Pernambuco**, 24 mar. 1968.

HÉLDER Câmara diz que atentados não o atemorizam. **Jornal do Commercio**, 27 out. 1968.

HÉLDER diz que vai à Câmara dar explicações ao povo. **Diário de Pernambuco**, 15 mar. 1968.

HÉLDER mudou-se ontem para quarto pequeno na igreja das Fronteiras. **Jornal do Commercio**, 14. Mar. 1968.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, v. 10, 1993.

“MUDANÇA” de Hélder reforça críticas, mas não abala admiradores. **Jornal do Commercio**, 19 mai. 1968.

POLÍCIA vigia casa de D. Hélder para evitar ataques e pichamentos. **Jornal do Commercio**. 30 out. 1968.

PORRO, Alessandro. O Padre Hélder: um Bispo do Nordeste não quer ser Príncipe da Igreja. **Revista Realidade**. Jul. 1966.

Consulta em meio digital

BRASIL. **Decreto nº 20.303/46**. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-20303-2-janeiro-1946-327737-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso: 27 set. 2018.

PROJETO Conjunto das Fronteiras - Memorial Dom Helder Camara. Disponível em <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/cultura-e-economia-criativa/patrimonio-cultural-brasileiro/projetos-apoiados/memorial-dom-helder-camara/memorial-dom-helder-camara>>. Acesso: 27 set. 2018.

RESTAURO, Fronteiras, Santander. Disponível em <<https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2016/02/28/apos-obras-de-restauro-igreja-das-fronteiras-abre-as-portas-223364.php>>. Acesso: 22 set. 2018.

Documentos oficiais

COSTA, Lúcio. **PARECER s/n.** Rio de Janeiro: Divisão de Estudos e Tombamento - DET. 06 de setembro de 1949.

DPHAN - 1º Distrito (CARVALHO, Ayrton). **Ofício nº 136/49.** [Recife], 27 de agosto de 1949. [para] ANDRADE, Rodrigo M.F. Rio de Janeiro.

DPHAN - 1º Distrito (CARVALHO, Ayrton). **Ofício nº 224/51.** [Recife], 27 de setembro de 1951. [para] ANDRADE, Rodrigo M.F. Rio de Janeiro.

DPHAN - 1º Distrito (CARVALHO, Ayrton). **Ofício nº 042/55.** [Recife], 26 de março de 1955. [para] ANDRADE, Rodrigo M.F. Rio de Janeiro.

IPHAN. **Processo 400 - T - 49.** Rio de Janeiro, 1949. (Processo de tombamento da Igreja das Fronteiras, do Recife).

Trabalho submetido em 29/09/2018.

Aceito em 05/11/2018.

Newton Darwin de Andrade Cabral

Doutor (2001) e Mestre (1993) em História, ambos pela Universidade Federal de Pernambuco. Licenciado em Filosofia (1984) pela Universidade Católica de Pernambuco, da qual é Professor Adjunto IV, integrante dos colegiados da Graduação em História e do PPG em Ciências da Religião. É membro, desde 2004, do Grupo de Pesquisa Estudos Transdisciplinares em História Social. E-mail: newtondeandradecabral@gmail.com

Cícero Williams da Silva

Mestre em Ciências da Religião e Graduado em História (Licenciatura Plena), ambos pela Universidade Católica de Pernambuco. É professor de História no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio. E-mail: cicerowilliams.brasil@gmail.com

Lucy Pina Neta

Mestre em Ciências da Religião e Graduado em História (Licenciatura Plena), ambos pela Universidade Católica de Pernambuco. É professor de História no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio. E-mail: lucypina1608@gmail.com